

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 2/2012

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 26 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 11 de janeiro de 2012, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas dezassete horas, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.----

Período da Ordem do Dia

Proposta Contrato programa para a Culturangra, EEM e consultoria

Ent. 41 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 10.01.2012, de minuta de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Angra do Heroísmo e a Culturangra EEM, a vigorar até 31 de dezembro de 2012, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, bem como da continuidade da consultoria prestada pela empresa independente, no sentido de concluir, nos termos e para os efeitos exarados na mesma proposta, para aprovação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento, de acordo com as alterações propostas em reunião, as quais ficam explanadas na íntegra em ata.**-----

Após saudação, a Presidente começou por se referir ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, anotando que o mesmo já foi amplamente discutido, tanto em reunião de Câmara como em reuniões técnicas, concluindo que existem diferentes opiniões sobre as soluções e rumos a tomar. Neste sentido, passou a resumir o conteúdo da proposta apresentada, sujeita posteriormente a discussão.-----

Indicou que a proposta é a mesma que veio à anterior reunião, com algumas adaptações, que têm por base os contatos que foram estabelecidos entretanto. Explicou que a proposta é apenas relativa ao ano 2012, prevendo igualmente a atualização do contrato programa para a Culturangra e o valor da transferência para a mesma empresa em duas fases, uma primeira adaptada ao valor previsto no Orçamento da Câmara Municipal, de um milhão, setecentos e trinta e seis mil euros, valor esse que será reforçado aquando da disponibilização do saldo de gerência, por forma a atingir o

montante de dois milhões e setenta e seis mil euros. Afirmou de seguida que, nestes termos, propõe-se a aprovação do contrato programa, cuja minuta abaixo se transcreve, ressaltando que os valores a transferir para a Culturangra foram apurados a partir do estudo denominado “Orçamento de base zero para o ano 2011”. Acrescentou que, não obstante, e atendendo ao facto de haver diferentes opiniões por parte do elenco camarário, sobre as valências que a Culturangra deve ter, em relação aos valores das transferências a efetuar pelo Município, entre outros aspetos, propõe-se ainda que este contrato programa, bem como o orçamento da Culturangra, sejam avaliados pela empresa independente que realizou o estudo base zero, com o propósito de o concluir, de uma forma mais detalhada, e simultaneamente prestar consultoria sobre os seguintes aspetos: a Culturangra é ou não uma mais-valia para o concelho, não só em termos financeiros como organizacionais; que valências é que devem acumular, devolver ao município ou passar a desempenhar; quais as necessidades básicas em termos de despesa corrente; em relação aos equipamentos afetos, quem deve assegurar a sua manutenção e investimentos; sobre os funcionários, se são em número suficiente, excessivo ou deficitário; a orgânica interna, uma proposta de reestruturação, atendendo ao número de funcionários; como captar mais receita; atualização do estudo de viabilidade económica e uma proposta de orçamento para 2012 e 2013. Acrescentou que o mesmo estudo deverá estar concluído e ser entregue até à prestação de contas do Município, por forma a ser coincidente com a revisão ao orçamento, que acontecerá nesta altura para inserção do saldo de gerência. Com base nesse estudo, caberá à Câmara Municipal definir as adaptações a fazer ou não à Culturangra, bem como eventuais alterações ao presente contrato programa como por exemplo reforçar os decréscimos orçamentais para 2012, em função do resultado. Apontou que a minuta do contrato programa refere exatamente o que a própria explanou, reiterando que, para o ano 2012 o montante proposto de transferência para a Culturangra seria de dois milhões, setenta e seis mil, seiscentos e três euros, sendo que, um milhão, setecentos e trinta e seis, seiscentos e três ficaria já assegurado, com base no Orçamento e o remanescente por conta do reforço do saldo de gerência, aquando da revisão de março/abril, na altura do fecho de contas.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra, assinalando que convém esclarecer que a empresa municipal teve desde o início uma imagem pública de desconfiança, suscitando dúvidas aos munícipes, no âmbito do que se foi produzindo e por causa do que se deixou de produzir. Reportou-se de seguida à surpresa suscitada pelo relatório do ROC

do primeiro semestre de 2011, apontando que, no âmbito das suas competências de fiscalização, o PSD procura a transparência e a boa gestão e utilização dos dinheiros públicos. Ressalvou que para o PSD, a clarificação da situação da empresa não está resolvida, destacando no entanto as vantagens das últimas reuniões e do estudo, concluindo que é importante não esquecer o passado. Salvaguardou que apenas quando for concluída esta ação de fiscalização do executivo, de forma satisfatória, estarão em condições de se pronunciarem definitivamente sobre a empresa. Referiu, de seguida, que o PSD pretende apresentar um conjunto de contributos, que serão mostrados pelo Vereador Fernando Dias, mas que antes é importante esclarecer duas situações, designadamente, distinguir a empresa dos funcionários, afirmando que nunca esteve em causa a competência ou a honestidade destes, que disse serem bons profissionais, até prova em contrário, merecedores de confiança, cujos cargos foram aprovados por maioria ou por unanimidade, respeitando a democracia. Concluiu que, neste sentido, o PSD respeita esses funcionários, no âmbito das suas competências e profissionalismo e que, por isso, rejeita qualquer tentativa de vitimização do executivo ou culpabilização da oposição sobre transferências de capital para os funcionários ou para os seus afazeres. Apontou que os funcionários são uma parte do problema, ressalvando que o importante é que haja um objeto, um conteúdo, uma estratégia municipal, que passa por perceber se a empresa é ou não um ativo positivo no Concelho, definir o que se entende pelo conceito de público municipal, um conjunto de situações de base às atividades dos funcionários. Indicou ainda que não vai deixar de divulgar, a propósito desta avaliação e das conclusões desta, e de esclarecer as atitudes e posturas do PSD, acrescentando que não irá deixar igualmente de responsabilizar quem deve ser responsabilizado sobre dúvidas relativas à falta de transparência e de morosidade. Sublinhou que a responsabilidade tem de ter consequências e que o atual compasso de espera é positivo, uma vez que trará vantagens para o Concelho e para os munícipes. Destacou ainda a importância do estudo, nomeadamente para os funcionários da Culturangra, os quais disse serem o motivo de alguma tolerância por parte do PSD, em relação a algumas transferências para a empresa, proposta que será posteriormente apresentada pelo Vereador Fernando Dias.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra, dando conta de ter estudado o projeto de constituição e o estudo económico da Culturangra, facultado pela Presidente, considerando o mesmo generoso, uma vez que incluía uma valência de turismo, que

nunca chegou a ser concretizada, apontando que esta não deve ser objeto da ação da empresa. Apontou que esta questão entronca na proposta da Presidente, que seja reavaliado o desígnio da Culturangra. Relembrou já ter afirmado que a Culturangra sempre foi o “patinho feio” da Câmara Municipal, dando alguns exemplos disso, como o facto de ser a Presidente da Câmara Municipal a anunciar o Presidente das Sanjoaninas ou ainda o facto de ser a mesma Presidente a fazer o protocolo com o Regimento, quando a Culturangra é que tem a seu cargo as zonas balneares. Referiu de seguida a transferência de competências e de despesas para a empresa, que disse contrariar o estudo, que excetuava as transferências de competência relativas às zonas balneares, parques de campismo e transferências do Município para as entidades diversas, o que anotou ter acontecido posteriormente e que concluiu ter acarretado uma despesa suplementar à empresa. Citou de seguida que um dos argumentos para a criação da Culturangra: “a nível legal as autarquias estão sujeitas a fortes restrições, no que concerne ao endividamento e contratação de pessoal”. Fez ainda referência à citação relativa ao “número de colaboradores sem vínculo contratual e com baixos rendimentos” que estavam na Divisão de Cultura da Câmara, frisando que uma das condições referidas era que não poderia haver aumento do quadro de pessoal, na altura com trinta e dois funcionários. Concluiu que o executivo socialista destruiu, a pouco e pouco, a Culturangra, anotando a tentativa, que apelidou de patética, de responsabilização da oposição, salvaguardando que compete à oposição fiscalizar a governação do executivo.-----

O Vereador Artur Lima apontou de seguida que a Culturangra não tem uma estrutura intermédia de chefias, que considerou que seria útil. Indicou que no estudo estava previsto o Conselho de Administração, uma Direção Geral, que nunca existiu, e seis departamentos. Neste sentido, e olhando para o quadro atual da Culturangra, apontou a existência de alguns técnicos superiores, propondo a reestruturação da empresa a nível funcional, com vários patamares de decisão, dando assim responsabilidades a estes técnicos correspondentes às remunerações que auferem, considerando que esta reestruturação motiva e dignifica a formação destes técnicos.-----

O Vereador Artur Lima constatou, seguidamente, que o objeto social é “fantasmagórico”, que inclui até o ambiente, apontando que este objeto deve ser o primeiro a ser alterado. Reafirmou a necessidade de reestruturação da empresa, nos termos que referiu, com os mesmos recursos financeiros e extinguindo alguns departamentos, indicando, a

propósito, o departamento de turismo e promoção do município, anotando que não conhece nenhum trabalho produzido pelo mesmo. Neste sentido, concluiu que não se cumpriram os objetivos de criação da Culturangra e que ainda lhe foram atribuídas outras competências, o que disse ter feito com que a situação tivesse chegado ao atual estado. Sublinhou que a culpa não é dos funcionários, que disse não serem a sua única preocupação, pondo ainda a hipótese de haver despedimentos, se for necessário, destacando os esforços no sentido de os manter. Chamou a atenção para o facto de ter de ser tomada uma decisão, que pode passar pela reestruturação interna e a nível funcional. Destacou a necessidade de retirar os departamentos sem atividade e transferir para a Câmara Municipal as zonas balneares e parques de campismo, pelo menos. Apontou ainda ter dúvidas em relação ao desporto, dando conta que é a autarquia que dá os apoios, concluindo com a necessidade de se decidir onde é que o desporto deve ficar.-----

O Vereador Artur Lima considerou fundamental que estejam todos de acordo em relação à exigência ao Governo Regional que trate a Culturangra com a mesma dignidade com que trata o Teatro Micaelense, anotando a importância de ser estipulado um valor fixo, que disse ser um ponto a avaliar pela empresa que está a levar a cabo o estudo referido anteriormente.-----

Apontou de seguida ter tido pena de não ter ouvido, por parte do PS de Angra do Heroísmo nenhuma referência à Culturangra. Manifestou a importância de ser estabelecida uma parceria cultural entre o Centro Cultural e de Congressos de Ponta Delgada e o de Angra do Heroísmo, para que alguns dos espetáculos que tem lugar neste primeiro venham também a Angra.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se de seguida às Sanjoaninas, ressaltando que estas nunca foram tão escrutinadas como são atualmente, através de uma proposta do CDS-PP, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, sublinhando o facto de ter sido dado um passo importante ao nível da transparência. Neste sentido, considerou, em relação ao orçamento das Sanjoaninas para este ano, que determinados contratos e adjudicações deviam ser feitos pelo Conselho de Administração da Culturangra, nomeadamente a contratação de artistas, sobre a qual indicou haver uma parte que fica

para o contratante, defendendo que esse montante deveria ficar na Culturangra, apesar da legalidade deste procedimento.-----

O Vereador Artur Lima manifestou a disponibilidade do CDS-PP em fazer uma redução da verba, dos dois milhões e trinta e seis mil euros previstos, mas que, para a empresa ter o mínimo de atividade e utilidade neste período, fosse transferido o que está previsto no Orçamento da Câmara, cerca de um milhão e setecentos mil euros, até que sejam apurados os resultados do estudo. Deu conta ainda de ter dúvidas em relação à previsão da conclusão do estudo na altura do fecho de contas, março/abril, destacando a importância de ser realizado um estudo com mais profundidade.-----

Em relação à proposta feita pela Presidente, o Vereador Artur Lima assinalou a necessidade de reformular alguns aspetos, nomeadamente ao nível das valências da empresa.-----

Quanto ao prazo para a apresentação do estudo, a Presidente deu conta de ter tido, por parte da empresa o compromisso da entrega na data estipulada, o que implicaria que houvesse um esforço suplementar, pondo à discussão a hipótese do prazo ser alargado.-----

Sobre as propostas do CDS-PP, e sobre as propostas que serão apresentadas pelo PSD, a Presidente considerou importante que a empresa que vai realizar o estudo tenha conhecimento das mesmas, por forma a avaliá-las, no âmbito da realização desse trabalho. O Vereador Artur Lima manifestou disponibilidade para reunir com a empresa. A Presidente sugeriu que seja marcada uma reunião para dar conta dos vários entendimentos e propostas.-----

A Presidente confirmou que a proposta do Vereador Artur Lima consiste na transferência, no ano 2012, de um milhão, setecentos e trinta e seis mil euros, reduzindo o valor do contrato programa e que depois da apresentação do estudo procederiam, eventualmente, a algum ajuste, concluindo que, de acordo com esta proposta, seria retirado do contrato programa o ponto 3, que prevê o acréscimo até aos dois milhões de euros e teria de ser corrigido o valor previsto no ponto 1.-----

O Vereador Artur Lima anotou que não prescinde das restantes propostas de alteração que fez, que disse servirem de base de trabalho para o estudo que será feito. A Presidente disse concordar, apontando que as propostas feitas na corrente reunião devem ser apreciadas pela empresa, para que esta possa manifestar a sua opinião sobre cada uma delas. O Vereador Artur Lima concordou.-----

A Presidente, relativamente à declaração do Vereador Artur Lima sobre a assinatura de contratos, no âmbito das Sanjoaninas pelo Conselho de Administração, explicou que os contratos com artistas já são celebrados dessa forma. O Vereador Artur Lima esclareceu ter-se referido aos contratos com os artistas, sugerindo, neste sentido, que houvesse um limite de gastos em relação às festas e que as quantias mais avultadas fossem devidamente justificadas, para que haja transparência, o que considerou que seria benéfico para a própria Culturangra.-----

O Vereador Artur Lima fez de seguida uma referência sobre a desmontagem da iluminação de Natal, chamando a atenção para o facto de esta ter decorrido no horário de maior trânsito, entre as oito e meia e as dez da manhã, apontando que no ano transato aconteceu a mesma coisa e que o próprio, na altura, já havia feito uma chamada de atenção. A Presidente respondeu que também foram surpreendidos com o horário, dando conta que o problema foi resolvido internamente.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra, dando conta das propostas do PSD em relação à proposta de contrato programa. Indicou primeiramente ter a apresentar uma proposta de retirada de um parágrafo e de um quadro, sobre os quais disse já se terem manifestado, relativos à questão do impacto no orçamento camarário das verbas afetas à Culturangra, dando conta que os mesmos são inconclusivos e que se está a aguardar o apuramento dos valores. Referiu que não há justificação concreta e objetiva para o facto de em 2007 as verbas relativas à Culturangra serem de quase 4,9 milhões de euros, passando as mesmas, em 2010, para 2,7 milhões de euros. Apontou que na reunião de trabalho que teve com a Presidente e com o Dr. João Pedro Cardoso, este último ficou de dar uma perspetiva pormenorizada sobre estes valores. Nesse sentido pede a eliminação do parágrafo: “É no entanto de ressaltar que, atendendo aos dados existentes, a empresa municipal tem representado uma mais valia para a Câmara(...)”, bem como o quadro comparativo. Sugeriu que voltassem a este tema noutra reunião,

aquando do apuramento dos referidos valores, para que haja uma real noção sobre os custos da Culturangra.-----

O Vereador Fernando Dias fez de seguida outra proposta de alteração, no sentido de melhorar os conteúdos da página 3, no que respeita ao estudo. Explicou que a proposta é de eliminação do parágrafo que começa “Não obstante(...)” até “este mesmo estudo deverá estar concluído e entregue até à prestação de contas do município(...)”, pelo seguinte: “No âmbito deste contrato programa, e considerando que diversos Vereadores desta Câmara têm manifestado diferentes opiniões quanto às valências que a Culturangra integra ou deve integrar; Considerando que as transferências correntes da Câmara Municipal para a Culturangra têm representado anualmente um volume crescente de importância, representando mais cinquenta por cento do total das receitas correntes daquela empresa municipal; Considerando que passaram cinco anos após o estudo de viabilidade que fundamentou a criação da Culturangra, período em que se verificaram mudanças significativas no que respeita às suas atuais áreas de atividade, o que implica o desajustamento do referido documento. Propõe-se a elaboração de um novo estudo sobre a sustentabilidade da Culturangra no domínio financeiro económico, face ao novo contexto em que a empresa opera, nomeadamente, com eventuais novas restrições legais, conforme indicado no Documento Verde da Reforma da Administração Local e nas recomendações do Livro Branco do Setor Empresarial Local. Este estudo terá de estar munido de um conjunto de propostas a implementar, quer pela administração da empresa, quer pela sua única acionista e entregue até à prestação de contas do município.-----

A análise e as recomendações propostas deverão abranger, nomeadamente, o seguinte:-----

- a) Delimitação do peso contributivo do Município nas receitas próprias da Culturangra, em que os subsídios anuais de exploração, oriundos do município, não podem ser superiores a cinquenta por cento das respetivas receitas;-----
- b) Avaliação do atual sistema de gestão da empresa, que permite ou não comprovar níveis de eficiência e de qualidade caso se revele adequada a apresentação de propostas que preencham aquele desiderato;-----

- c) Avaliação do custo – benefício das necessidades ou valências que se pretendem satisfazer e adequação da figura empresa ou de outras alternativas para a previsão, incluindo a sua eventual reintegração nos serviços municipais;-----
- d) Aplicação de um sistema de gestão por objetivos;-----
- e) Propostas de um plano de desenvolvimento estratégico da empresa a dez anos e definição de um modelo de negócio e de gestão, documentos que terão de passar pelos órgãos da empresa e serem aprovados pela acionista;-----
- f) Identificação de novas fontes de captação de receita;-----
- g) Análise da atual estrutura organizativa da empresa e quadro de pessoal, quer na sua qualidade, quer na sua quantidade, em matéria de competências individuais, adaptadas aos novos desafios e missão da empresa;-----
- h) Edifícios e equipamentos afetos à atividade da empresa, opção entre a plena propriedade ou o aluguer pelo Município, com a definição das entidades a quem competirá a sua gestão e conservação;-----
- i) Definição de mecanismos de monitorização da atividade da empresa pelo Conselho de Administração e pelos acionistas;-----
- j) Proposta de orçamento de 2012”;-----

O Vereador Fernando Dias apontou que a proposta está aberta à discussão. Indicou de seguida que, em relação à proposta de valores para 2012, a proposta do PSD aponta para os 1,2 milhões de euros, que anotou ser a parte das transferências correntes previstas no Orçamento da Câmara Municipal para as despesas com o funcionamento. No que respeita às despesas de capital, à transferência dos quatrocentos e sessenta mil euros, deu conta de existirem dúvidas sobre a afetação à Culturangra de todas as verbas consignadas às atividades planeadas, designadamente, as obras nos edifícios e compras de equipamentos muito específicos da Culturangra. Ao nível das obras, indagou a competência para fazer concursos e acompanhar obras, se a Câmara Municipal ou a Culturangra, defendendo que a Câmara Municipal tem mais experiência nessa matéria. Indicou de seguida o contrário em relação aos equipamentos específicos e colocou à discussão a proposta de ser a Câmara Municipal a assegurar a parte das obras e a Culturangra as restantes.-----

Depois de alguma troca de impressões sobre os valores a transferir, a Presidente confirmou junto do Vereador Fernando Dias que a proposta é no sentido de retirar do

orçamento, na parte do capital, as empreitadas previstas, nomeadamente, as empreitadas de reabilitação do Pavilhão Luís Bretão, no valor de quarenta e seis mil euros, e do Pavilhão Municipal de Angra, no valor total, para 2012, de setenta e cinco mil euros. A Presidente chamou a atenção para o facto de o gabinete de engenharia da Câmara Municipal não fazer trabalho de produção, mas de avaliação de projetos, por falta de tempo, acrescentando ainda que a autarquia compra os projetos para as empreitadas e assegura a equipa técnica, concluindo não haver mais-valia nesta transferência de competência. A esse propósito, a Presidente indicou ainda ter preocupação relativa aos dois pavilhões que se prende com o facto de ambos necessitarem de intervenção urgente, apontando que se a responsabilidade passar para a Câmara Municipal poderá haver atrasos. O Vereador Fernando Dias reiterou que a proposta foi feita no sentido de ser discutida, apontado tê-la feito por considerar que a autarquia teria mais competência.-----

Sobre este assunto, o Vereador António Gomes esclareceu que os procedimentos quer são feitos por um jurista e não por um engenheiro, dando conta que existe esse serviço especializado na Culturangra e concluindo que as questões técnicas teriam sempre de ser postas à Culturangra, uma vez que os técnicos estão lá. O Vereador Fernando Dias sublinhou ter feito a proposta por lhe ter surgido a dúvida, aceitando, depois da explicação, que o procedimento será mais célere conforme está. Reportou-se de seguida ao ar condicionado do edifício do Centro Cultural e de Congressos, que disse ser uma questão antiga, apontando que este nunca funcionou. A Presidente esclareceu que o mesmo nunca funcionou eficazmente.-----

A Vereadora Teresa Valadão, sobre a discussão do montante da transferência, considerou fundamental discutir e ponderar sobre os projetos de longo prazo, apontando que a planificação cultural tem de ser feita com muita antecedência. Indicou ainda a urgência no pagamento aos fornecedores locais, relativo a 2011. A Vereadora ressaltou ainda a programação de Carnaval, dando conta que já foi questionada a esse propósito, indagando sobre os projetos, nomeadamente sobre o Teatro Angrense e sobre o desfile das crianças. Reportou-se de seguida às citações da Presidente, na reunião anterior, em relação a declarações da própria, afirmando que as mesmas tinham por base os dados que lhe foram apresentados. Explicou que o que causou a reticência por parte dos vereadores, em relação à Culturangra, foi a apresentação do relatório da *Smart Vision* e do relatório do primeiro semestre do ROC. Apontou, de seguida, uma expressão usada

pelo Vereador Artur Lima, a “co-responsabilização” sob o ponto de vista financeiro, referindo a propósito do terceiro pilar do Documento Verde da Administração Local, que diz respeito ao financiamento para as empresas municipais, destacando a necessidade de a situação ser avaliada, chamando a atenção para a possibilidade de serem todos co-responsabilizados financeiramente e pagar uma coima. Afirmou o relevo que a Cultura tem para a própria e o fato de gostar de colaborar. Reafirmou a necessidade, aquando das transferências, de se proceder ao pagamento dos fornecedores locais, ressaltando a entrega, por parte da Presidente, da lista com nomes e montantes dos mesmos. Destacou, ainda, a atual situação financeira e económica e as dificuldades que se fazem sentir. A propósito, concordou com uma afirmação do Vereador Artur Lima, em anterior reunião, sobre os pagamentos a sessenta dias feitos pela Câmara Municipal ou a quarenta e cinco dias como nos Serviços Municipalizados, apelando para que o mesmo seja feito na Culturangra. Ressaltou ainda o empenhamento e o trabalho desenvolvido pelos funcionários da Culturangra, concluindo que as remunerações dos mesmos não podem deixar de ser pagas. Sublinhou ainda a importância do estudo que será elaborado, anotando concordar com a eliminação do ano 2013, no sentido em que é complicado pensar a tão longo prazo, nomeadamente ao nível da cultura, em que seis meses podem implicar um desfasamento. A mesma autarca disse esperar ainda que a palavra sob orçamentação seja retirada, concordando com o Vereador Artur Lima sobre as valências da empresa, que atualmente disse serem megalómanas, anotando a qualidade do trabalho produzido ao nível da autarquia, nomeadamente no que se refere à divulgação e ao património, concluindo a necessidade de as várias áreas serem definidas de forma estanque.-----

A Presidente atestou a dedicação voluntária da Vereadora Teresa Valadão.-----

Sobre o texto que o Vereador Fernando Dias leu e entregou, a Presidente anotou não concordar com tudo, uma vez que a proposta é assinada pela própria, sugerindo que a mesma proposta seja apresentada como uma proposta do PSD, a ser igualmente contemplada no estudo. O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para a alínea a), apontando que o estudo a devia ter em consideração. Apontou que é uma orientação que existe no Documento Verde da Administração Local. A Presidente anotou não discordar deste ponto.-----

No sentido das declarações que foram feitas, pelos vários Vereadores, o Vereador José Élio Ventura indicou não concordar com a transferência de uma verba inferior à que está consagrada e que foi aprovada no Orçamento da Câmara Municipal. Apontou igualmente não perceber as propostas de alteração anteriores à receção do estudo, acrescentando que com tal procedimento estarão a condicionar o mesmo. Concluiu não haver, nesta fase, razões substanciais para proceder a mudanças de competências da Culturangra para a Câmara Municipal. Depois de totalizarem as duas referências às obras de reabilitação, no valor de cerca de 120 mil euros, o Vereador António Ventura explicou que havia alguma dificuldade de perceção da funcionalidade desta valência, concluindo que, depois da discussão, esta foi esclarecida.-----

A Presidente indicou que na cláusula quarta, no ponto 1, fica descrito, no ano 2012, nas despesas de capital o valor de quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e três euros e nas despesas correntes o valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros. Indicou ainda que o ponto 3, da cláusula quarta, relativo ao remanescente, desaparece, na íntegra.-----

O Vereador Artur Lima apontou que, até ao dia 31 de janeiro, os duzentos e setenta e três mil euros, de pagamento a fornecedores deve ficar liquidado e que devem ser informados aquando desse pagamento. Considerou ainda que, no espírito de colaboração e transparência, e apesar das competências delegadas na Presidente, devem encontrar uma forma de a Câmara Municipal ser informada sobre as transferências feitas para a Culturangra, apesar de ter sido aprovada a proposta, do próprio, que previa um relatório sobre as decisões relacionadas com a delegação de competências, lançando o debate sobre a melhor forma de o fazer. Referiu que seria benéfico que as transferências fossem feitas por trimestre e que sobre as mesmas fosse prestada informação à Câmara, ainda que essa seja uma competência da Presidente. Indagou sobre as implicações desta proposta, no âmbito do desenvolvimento do trabalho da empresa, questionando a opinião da Presidente.-----

A Presidente disse estar de acordo relativamente às transferências e aos fornecedores, anotando que mal se proceda à transferência desse montante será feito o pagamento. Em relação à informação mensal à Câmara, sobre as transferências e execução, deu conta que virá ao órgão executivo, por via da delegação de competências, não pondo objeções à mesma, apontando ainda que já tinha ficado assumido na proposta. No que

diz respeito à transferência por trimestre para a Culturangra, a Presidente constatou que normalmente esta acontece mensalmente, apontou que, se feita trimestralmente, teria de ser feita no início do trimestre, por forma a assegurar as atividades da empresa.-----

O Vereador António Ventura reiterou a importância do pagamento aos fornecedores. Deu de seguida conta que a proposta do PSD é que em finais do mês de março sejam apresentadas as transferências feitas para a Culturangra e que, no âmbito dessas transferências e do estudo apresentado, seja feita uma nova avaliação ao protocolo de transferências, que poderá ou não ter alterações.-----

O Vereador José Élio Ventura deduziu, das intervenções feitas, que o contrato programa e a verba ficam salvaguardadas e aprovadas, para ser transferida para o orçamento da Culturangra, concluindo que sem o contrato programa neste valor não há orçamento aprovado.-----

O Vereador António Ventura reiterou a posição do PSD, para que em finais de março sejam avaliadas as transferências, concluindo que a sua posição vai neste sentido.-----

O Vereador António Gomes anotou o consenso alargado sobre a importância do estudo, concluindo que por isso, antes da apresentação deste, ninguém apresentará objeções ou problemas. Na altura da apresentação deste estudo considerou que o normal é que voltem a discutir os resultados e a tomar decisões.-----

O Vereador António Ventura apontou que havia a opção de, até à apresentação do estudo, não haver transferências, concluindo que o novo consenso resulta na proposta deste calendário.-----

A Presidente concluiu que seria então feita a transferência no valor de quatrocentos e trinta e quatro mil euros, mais os duzentos e setenta e três mil euros, para o primeiro trimestre e quatrocentos e trinta e quatro mil euros para o segundo trimestre, no mês de abril, anotando que à partida haverá saldo de gerência.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão levantada pelo Vereador Artur Lima, em relação ao prazo para apresentação do estudo, dando conta de este ter sido fixado pela

própria até à altura da prestação de contas. Inquiriu de seguida os Vereadores se consideram o prazo razoável.-----

O Vereador Artur Lima considerou que a empresa ganha, e ganham todos, se o estudo for apresentado com o primeiro relatório semestral do ROC, anotando a base substancial para análise, que apontou que será para o mês de Junho. Os Vereadores Fernando Dias e António Ventura deram conta de acharem ser demasiado tarde. A Presidente afirmou que irá contatar a empresa no sentido que seja mantido o prazo estipulado, anotando que se houver necessidade de mais uma semana ou quinze dias trará essa nota a reunião de Câmara. O Vereador Artur Lima anotou que a empresa só terá acesso ao resultado do fecho de contas apenas no final de março. A Presidente explicou que, até lá, têm outros dados para trabalhar, nomeadamente o histórico e as valências da Culturangra. O Vereador Fernando Dias afirmou ter noção de o prazo para a apresentação de contas da Culturangra ser em Fevereiro. A Presidente retorquiu ter informação que o prazo termina no mês de março. Os Vereadores concluíram estabelecer o prazo para a entrega do estudo para o final do mês de abril.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se, ao longo das várias etapas do estudo não haverá um *feedback* por parte da empresa. Nesse sentido, considerou que o Conselho de Administração da Culturangra terá necessidade, em primeira instância de acompanhar o estudo de perto e que, em segunda instância, a Câmara Municipal também terá essa necessidade. A Presidente indicou que haverá certamente contatos, sublinhando que, no entanto, a influência de todos deve ser a menor possível, por forma a terem uma avaliação neutra e independente. Apesar disso, afirmou que à medida que as questões forem sendo colocadas pela empresa serão reportadas, bem como as questões de fundo.-----

O Vereador Artur Lima chamou a atenção para o fato de o orçamento das Sanjoaninas ter de vir à reunião de Câmara até ao dia 31 de janeiro. A Presidente explicou que o mesmo está inserido no orçamento da Culturangra. O Vereador Artur Lima recordou que foi aprovado em reunião do órgão executivo camarário que a Comissão tem de entregar um orçamento até ao final de janeiro. O Vereador Fernando Dias concordou que o orçamento está contemplado, esclarecendo que foi aprovado e que teria de vir mais discriminado. A Presidente concordou que será entregue o relatório de atividades e programa existente.-----

Orçamento da Culturangra, EEM para o ano de 2012

Ent. 6385 – Novamente presente o Orçamento da empresa municipal **Culturangra, EEM**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local. - **A Câmara Municipal retirou este documento, devendo ser reagendado na próxima reunião do executivo municipal, após reformulação do mesmo.**-----

A Presidente, relativamente ao número de funcionários da Culturangra, deu conta de ter transmitido informação errada. Nesse sentido, esclareceu que entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011 o número reduziu de quarenta e oito para quarenta e quatro, mais um elemento remunerado do Conselho de Administração, totalizando assim quarenta e cinco.-----

Em relação ao plano e orçamento da Culturangra para 2012, a Presidente indicou que este prevê dois milhões, quatrocentos e onze mil euros, dos quais correntes totalizam um milhão, novecentos e trinta e quatro, quatrocentos e cinquenta e cinco, e de capital no valor de quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e três euros. Apontou que a origem da receita do orçamento da Culturangra prevista, a esta altura, era da Câmara Municipal e representa um peso muito significativo, de 72 por cento, no valor de um milhão, setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e três euros, recordando que o desporto e as zonas balneares não têm praticamente receita e que a cultura é uma área claramente deficitária. Referiu que 14, 5 por cento, correspondem a trezentos e cinquenta mil, cento e quarenta e sete euros, correspondem a prestações de serviços, que incluem as receitas das Sanjoaninas, do *Bowling*, receitas de bilheteira dos espetáculos, por exemplo. Relativamente aos subsídios à exploração, extra câmara, indicou que estão previstos setenta e cinco mil euros, 3,1 por cento, que indicou serem relativos a uma componente das Sanjoaninas e a previsão do Governo Regional, que será adaptada em função do que foi aprovado em Assembleia Legislativa. A Presidente indicou que estão previstos outros rendimentos e ganhos no valor de duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete euros, que disse corresponderem 10,3 por cento, que provém das rendas e publicidade, essencialmente das Sanjoaninas.-----

Sobre a despesa, a Presidente apontou que as despesas correntes com maior peso são os fornecimentos e serviços externos, no valor de um milhão, sessenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro, que correspondem a 44,3 por cento. Os gastos com pessoal, que totalizam oitocentos e quinze mil, duzentos e catorze, oitenta e sete euros, que correspondem a 33,8 por cento. Outros gastos e perdas, que correspondem a 1,1 por cento, no valor de vinte e seis mil, duzentos e cinco, cinquenta e quatro euros.-----

A Presidente passou de seguida às despesas de capital mais relevantes, salientando as Sanjoaninas, com cento e dezoito mil e oitenta euros, que corresponde a 4,9 por cento. Referiu seguidamente a empreitada de requalificação do pavilhão municipal, orçada em setenta e cinco mil euros, para este ano, que corresponde a 3,1 por cento, a implementação do cinema digital e a empreitada de reabilitação do Pavilhão Luís Bretão, no valor de quarenta e seis mil euros.-----

Ao nível dos funcionários, a Presidente ressaltou que aos quarenta e quatro acrescem dezoito nadadores-salvadores durante três meses. A propósito, sublinhou que o contrato feito com o Exército permite a redução dos custos e melhorar o serviço. Mencionou ainda que os recintos desportivos são assegurados, na sua maioria, em horários que vão das oito às vinte e quatro horas, incluindo fins de semana e feriados. Frisou de seguida a importância de referir o peso das zonas balneares e parques de campismo no orçamento, apontando nomeadamente a necessidade de intervenções motivadas pela proximidade ao mar e por vandalismo, que disse serem constantes nestas zonas. Destacou ainda que o orçamento assegura o Centro Cultural, o Teatro Angrense e o Jardim dos Corte-Reais, que disse serem infraestruturas com muito peso em termos orçamentais.-----

A Presidente mostrou-se disponível para esclarecimentos, pese embora o facto de este documento ser agora alvo de estudo, apontando que têm agora uma base de trabalho, mas que possivelmente em março o mesmo sofrerá alterações, concluindo ser um documento provisional.-----

O Vereador António Ventura indagou sobre a apreciação deste plano, uma vez que será reavaliado em março/abril. A Presidente respondeu que é uma questão formal, frisando o facto de ser um documento provisional, havendo sempre margem para adaptações,

concluindo que está determinado que este documento seja sujeito à apreciação da autarquia.-----

A Vereadora Teresa Valadão considerou que é importante o documento ser estruturalmente enriquecido no seu todo. Recordou que no ano anterior esteve presente na reunião onde partes das citações foram referidas recentemente em reunião de Câmara, recordando na altura ter-lhe sido dada a hipótese, em conversa com a anterior Presidente, de definir um projeto cultural, que disse ser uma tarefa complicada, por requerer muita antecedência e por ter de ser definido ao pormenor, uma vez que o projeto funciona num todo, com várias premissas, como a criatividade, o público-alvo, que determinam a adesão. Apontou que é necessário dotar o Município de vários projetos culturais, acrescentando que foram apresentadas essas ideias no ano transato e registadas em ata, reiterando a dificuldade de gestão de um projeto desta natureza, que sublinhou ter necessidade de um forte acompanhamento orçamental, uma vez que as verbas acabam por ser mais ascendentes do que o previsto inicialmente. Referiu, a propósito, a organização de congressos e colóquios, anotando a qualidade do espaço do Centro Cultural para o efeito, destacando a necessidade de fazer destas iniciativas mais-valias para o Concelho, realçando a dificuldade de a cultura gerar receitas, apontando a importância de ser feito um estudo do público alvo, e salientando, a propósito, o sucesso dos “Concertos Íntimos”, ressaltando o interesse e a “sede” de cultura, não só ao nível da cidade, mas também ao nível das freguesias, sublinhando o esforço feito na descentralização das atividades culturais. A Vereadora Teresa Valadão anotou o facto de o ano 2012 ser um ano de crise, recordando que, de acordo com a história os anos de crise são anos de maior criatividade. Indicou ainda a importância, no atual contexto, do trabalho em parceria ao nível do próprio Município, como forma de ultrapassar questões como os baixos orçamentos. Concluiu reproduzindo uma declaração que disse ter ouvido na última Assembleia Municipal, que resumia a importância da cultura, apelando de seguida a uma diversificação da aposta cultural, para que todos tenham hipótese de aceder a este bem, fundamental para qualquer sociedade, que é a cultura, dentro dos condicionalismos existentes, ao nível financeiro. Afirmou ainda que as suas declarações são resultado de dezoito anos de trabalho em projetos culturais, anotando o rigor dos projetos internacionais e concluiu realçando a necessidade de o mesmo ser feito ao nível do Município, com definições objetivas dos projetos e das várias etapas dos mesmos, que disse facilitarem o acompanhamento destes, pelas várias partes.-----

A Presidente destacou a importância do contributo da Vereadora Teresa Valadão, que disse ter uma experiência riquíssima ao nível cultural. Deu conta de, ao longo da intervenção, ter tomado nota dos pormenores, concluindo pela pertinência das declarações. Recordou que há calendarizações anuais, e salientou a importância da informação sobre os projetos executados e futuros ser anexada aos relatórios trimestrais. Referiu, a propósito, que há dados relativos a cada evento, que permitem avaliar os resultados de cada iniciativa, e concluir sobre a procura do público, o que disse variar anualmente. Por último, referiu que irá tomar as diligências necessárias para que os referidos dados sejam reportados no relatório trimestral.-----

O Vereador António Gomes indagou, junto da Vereadora Teresa Valadão, se as declarações da mesma consistem numa recomendação à estrutura da Culturangra, por forma a que os planos, submetidos à apreciação da Câmara Municipal, sejam configurados de forma diferente, mais específica, dentro do possível. A Vereadora Teresa Valadão confirmou, apontando a importância da organização e especificação dos objetivos dos projetos a desenvolver, que reiterou facilitar o trabalho. O Vereador António Gomes anotou a diferença entre o plano geral de atividades e a operacionalização das mesmas, concluindo que as declarações da Vereadora Teresa Valadão serão mais ao nível desta segunda parte. Considerou que o documento deve ser melhorado, tendo um contexto mais alargado de compromisso público.-----

A Presidente considerou que, nesta fase é difícil concretizar ao pormenor determinadas atividades, apontando que seria mais fácil concretizar estes dados trimestralmente, destacando no entanto haver projetos contratualizados anualmente, sobre os quais anotou não saber determinadas especificidades, como por exemplo, o artista a contratar para o próximo evento do São Martinho. A Vereadora Teresa Valadão inquiriu se, desta forma, não é mais complicado ao nível do orçamento. A Presidente respondeu que a planificação e as contratações são feitas na medida do orçamento disponível, apontando ainda que a Culturangra tem mais de mil atividades por ano, sendo por isso difícil especificar todas elas. Neste sentido, a Vereadora Teresa Valadão sugeriu que fosse dividido em duas áreas diferentes, uma com as atividades constantes, como o AngraJazz, as Sanjoaninas, etc., com objetivos definidos, do que já é do conhecimento geral; e outra com as atividades pontuais, que podem sofrer alterações, que sugeriu que fossem elencadas trimestralmente.-----

O Vereador António Ventura apontou ter tido oportunidade de ver os projetos da Vereadora Teresa Vadalão, concluindo haver outra forma de construir este documento. Reportou-se ao passado ano, onde disse terem sido permissivos sobre a inclusão dos pontos referidos, apontando que o plano de este ano é quase igual ao do ano transato e que não houve melhorias em relação às recomendações feitas, concluindo ser um plano pobre e que não se consubstancia com o entender e com as recomendações dos Vereadores do PSD.-----

A Presidente considerou haver diversas formas de construir o documento, acrescentando que o mesmo pode ser sempre melhorado. Sobre as declarações da Vereadora Teresa Valadão, a Presidente concluiu que complementar o documento com a listagem das atividades seria excessivo, reafirmando a proposta relativa ao primeiro trimestre. Relativamente às declarações do Vereador António Ventura, a Presidente considerou que tendo em conta que a reunião do corrente dia foi agendada para discutir estes dois assuntos e tendo ainda em conta o facto de se terem reunido diversas vezes, formal e informalmente, para se discutir sobre a Culturanga, poderia ter sido exposta e recomendada anteriormente a proposta de explicar as atividades no plano, sublinhando que na fase atual é difícil desenvolver mais sobre as atividades previstas. Afirmou que o ano está definido em termos de seções, mas que algumas atividades estão mencionadas, mas que outras não, indicando o facto de trabalharem com artistas locais, que não trabalham com uma antecedência de um ano. Concluiu que neste momento seria muito difícil apresentar uma listagem das atividades para 2012, mas que trimestralmente seria possível.-----

O Vereador António Ventura reportou-se às recomendações feitas no ano transato, manifestando que este documento poderia ser diferente, no âmbito do planeamento, programação do conteúdo, do descritivo dos objetivos, tendo em conta novas realidades.-----

A Presidente realçou que na análise deste documento se está a cingir muito à área das atividades, sugerindo que se veja o peso das atividades no orçamento. Tirando a questão do centro de custos das Sanjoaninas, a Presidente apontou, por exemplo, a previsão para congressos, no valor de seis mil e duzentos euros, para todo o ano,

referiu-se de seguida à música e dança, no valor de trinta e cinco mil euros, para todo o ano. Nesta sequência, o Vereador António Ventura indagou se com a apresentação destes valores a Presidente pretende demonstrar que são verbas irrisórias. A Vereadora Teresa Valadão inquiriu se não estava previsto um congresso para março, sobre cidades património. A Presidente deu conta de ter conhecimento de uma reunião. A Vereadora Teresa Valadão apontou ter ideia de ser uma reunião alargada. A Presidente referiu ter a mesma noção, concluindo que vai confirmar a informação. Sobre as verbas por atividade, a Presidente referiu de seguida a verba de dezassete mil euros prevista para o Teatro, que disse incluir o Festival de Teatro, concluindo que as verbas são muito escassas, indicando ainda que as atividades apelam à criatividade dos funcionários, bem como ao trabalho. O Vereador António Ventura retorquiu que, independentemente dos valores, o peso da criatividade e dinamismo é muito grande. A Presidente respondeu que será feita uma listagem e que esta será entregue assim que possível.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se aos custos com pessoal, no valor de oitocentos e quinze mil euros, manifestando que estão sobre orçamentados, nomeadamente com a redução de custos, através do protocolo com o Exército, relativamente aos nadadores-salvadores. A Presidente deu conta de considerar o mesmo, apontando estar já prevista uma redução em relação ao ano anterior, indicando que no passado ano conseguiram sete nadadores-salvadores do Exército e que este ano esperam conseguir os dezoito, mas que tal não é certo. O Vereador Artur Lima questionou se a redução dos cinco funcionários está contemplada nessa verba. A Presidente confirmou. O Vereador Artur Lima, a respeito das Sanjoaninas, anotou que a separação dos valores lhe causa estranheza, presumindo que deveria estar tudo junto, considerando que não é um investimento, mas um gasto. Sobre as declarações da Vereadora Teresa Valadão e tendo em conta as qualificações do novo elemento do Conselho de Administração da Culturangra, a Dr.^a Assunção Melo, que disse ser uma mais-valia, considerou que o documento poderia ser melhor. Destacou ainda, das declarações da Vereadora Teresa Valadão, a divisão, no plano de atividades e orçamento, dos eventos mais relevantes dos restantes, por forma a que essa importância esteja clara. Sugeriu que fosse feito um rearranjo do plano de atividades e do orçamento, melhorando a apresentação do mesmo. Indicou de seguida que a transferência do Governo Regional foi de cinquenta mil euros no passado ano e que para o corrente estão prometidos cem mil euros, ressalvando que esse número deve ser contemplado no orçamento. Considerou de seguida que, no âmbito do atual clima de diálogo frutuoso e no âmbito da aprovação do

contrato programa da Culturangra, não haveria qualquer problema em adiar a aprovação do orçamento, com o objetivo de fazer alguns melhoramentos, para que este tenha um carácter mais definitivo.-----

A Presidente considerou pensar não ver mais-valias no atraso da aprovação deste documento, uma vez que este vai ser alvo de análise por parte da empresa que levará a cabo o estudo sobre a Culturangra e uma vez que no ponto anterior já assumiram que este orçamento será mexido e adaptado e que terá de ser feita uma nova proposta. Acrescentou ainda considerar importante que a empresa tenha o documento base para trabalhar, ainda que este sofra alterações posteriores, concluindo não concordar com esta intervenção intermédia.-----

Os Vereadores discutiram as questões formais das implicações da não aprovação do documento, depois do Vereador José Élio Ventura dar conta que não poderão ser feitas despesas que não tenham cabimento num orçamento. O Vereador Artur Lima anotou considerar o mesmo. O Vereador Fernando Dias deu conta que a empresa não obedece a regras orçamentais, apontando que a empresa pode trabalhar com cabimentos, mas que tal não é obrigatório.-----

O Vereador António Ventura afirmou que, em termos práticos, não concorda com a base do plano e orçamento e que considera que a orgânica deste deve ser diferente, reiterando terem feito as mesmas considerações em relação ao mesmo documento do ano transato.-----

O Vereador Artur Lima anotou que a questão dos cem mil euros, do Teatro Micaelense, é essencial e que é uma das alterações fundamentais, acrescentando que é uma questão política.-----

A Vereadora Teresa Valadão sublinhou a importância do enriquecimento do documento. Nesse sentido, a Presidente reiterou a ideia que defendeu anteriormente, questionando a pertinência de esmiuçar pormenores que poderão vir a ser eliminados nas alterações que serão feitas. Deu ainda conta de aceitar as questões que estão a ser colocadas, apontando que estas deverão ser colocadas quando tiverem o resultado do estudo.

Afirmou de seguida, que a não aprovação do orçamento implica que a Culturangra fique apenas com gestão corrente, não havendo lugar a pagamentos a fornecedores.-----

Depois de o Vereador Artur Lima reiterar a importância da inclusão dos cem mil euros, a Presidente sugeriu que o documento fosse aprovado com o compromisso que viria à próxima reunião da Câmara Municipal com essa verba contemplada, que disse ter informação de ser de cento e cinquenta mil euros. O Vereador Artur Lima anotou dúvidas em relação ao montante, que o Vereador António Ventura disse não estar escrito em lugar nenhum. A Presidente deu conta de ter a informação que o valor é cento e cinquenta mil euros. O Vereador Artur Lima referiu a existência de uma declaração pública do PS, num jornal, que refere a transferência de cem mil euros. A Presidente reiterou o compromisso de incluir a verba, destacando não ter o documento comprovativo desse valor. A Presidente reportou-se a um artigo da legislação vigente, passando a ler o mesmo, sublinhando que o não cumprimento do disposto pode responsabilizar financeiramente os administradores e as deliberações camarárias.-----

O Vereador António Ventura indicou a proposta do PS, nomeadamente a ação 10.3.2, apontando que o descritivo não prevê a transferência do Teatro Micaelense. Concluiu já ter apresentado o entendimento do PSD em relação a este documento, disse ainda estarem abertos a apreciar outros planos e a perceberem as implicações jurídicas da não aprovação do documento, acrescentando que caso estas não existam estão prontos a votar.-----

A Presidente deu conta de ter recebido a informação que estes documentos são base da gestão económica e financeira da Culturangra e que na ausência destes tem apenas lugar a gestão corrente, manifestando não ser um bom princípio. Declarou a disponibilidade em integrar, assim que possível, as questões e propostas, bem como a inscrever a verba do Teatro Micaelense.-----

O Vereador Fernando Dias interveio apontando que já se falou sobre o orçamento em variadas ocasiões, anotando que a Presidente sabe a opinião do próprio em relação ao mesmo. Indicou que um orçamento é apenas a tradução financeira de um plano de atividades, acrescentando que se o mesmo não está ao pormenor há um maior risco de não execução. Nesse sentido, referiu que a execução dos orçamentos da Culturangra tem obrigado à reposição financeira de determinadas verbas avultadas. Disse duvidar

que com 1,9 milhões de euros de orçamento se consiga executar uma despesa no mesmo montante, ressaltando esperar que sim, mas que o histórico da empresa indica o contrário. Sobre o plano de atividades, apontou que a Vereadora Teresa Valadão já falou sobre essa matéria, e bem. Relativamente ao orçamento, leu as conclusões do mesmo, frisando a referência da necessidade de reforço da verba no valor de setecentos e sessenta e sete mil euros, valor que disse ter sido achado com base no orçamento de 2011 e não 2012, concluindo ser isso inaceitável. Considerou de seguida que 2012 deveria ser o ano da mudança qualitativa do plano de atividades, conforme foi referido pela Vereadora Teresa Valadão. Reafirmou que as transferências de correntes da Câmara Municipal para a Culturangra têm, nos últimos três anos, um excedente de cerca de 2,8 milhões de euros, relativamente ao que estava previsto, apontando ainda que as transferências têm sido crescentes. Concluiu que poderia ser feita uma reformulação do plano de atividades, que considerou que seria benéfica para todos. Destacou de seguida as dúvidas que surgiram anteriormente, a propósito da legislação, nomeadamente em relação à responsabilidade financeira, apontando que seria importante que o assunto fosse estudado juridicamente. Constatou de seguida que foi publicada nova legislação sobre as empresas municipais.-----

O Vereador Artur Lima questionou a razão de se estarem a perder à partida setecentos mil euros de transferências. A Presidente respondeu que o orçamento é feito com base no estudo, anotando que não se está a perder nada. Depois de o Vereador Fernando Dias ter relido as conclusões, a Presidente indicou que o orçamento para 2012 tem origem nas conclusões do orçamento de base zero de 2011, que se reporta ao facto de ser necessário reforçar as verbas no contrato programa de 2011, concluindo não haver a questão de reforço em 2012. O Vereador Fernando Dias questionou então o motivo de haver essa informação no orçamento de 2012. A Presidente concordou que tal pode ser questionável. O Vereador Artur Lima afirmou que a informação não pode figurar no referido documento. A Presidente sugeriu que o parágrafo fosse clarificado, com a inserção de “para 2011”, por forma a torná-lo mais claro. Em relação à declaração do Vereador Fernando Dias, sobre o facto de montante de 1,9 milhões de euros ser insuficiente, a Presidente deu conta que não foi refutada a proposta do CDS-PP, de diminuir a verba. O Vereador Fernando Dias reafirmou a questão do histórico, que a Presidente frisou que será revisto, questionando o objetivo de remeter a empresa para

uma gestão corrente, indagando novamente sobre as vantagens de serem feitas alterações intermédias.-----

O Vereador Artur Lima manifestou que essas alterações poderiam ser feitas no período de uma semana, destacando a importância de ser retirado o parágrafo das conclusões, relativo aos setecentos mil euros, de ser inscrita a verba dos cento e cinquenta mil euros do Governo Regional, considerando ainda que fosse feita uma revisão integral e definitiva ao texto.-----

O Vereador António Ventura reiterou que o PSD está disponível para apreciar outro plano, anotando que tal não significa um compromisso de aprovação posterior. Relembrou que já foram tecidas as considerações sobre o plano e orçamento.-----

Sobre as atividades, a Presidente apontou que as alterações referidas pela Vereadora Teresa Valadão levarão mais de uma semana a serem inscritas. A Vereadora Teresa Valadão retorquiu que a divisão das atividades é um trabalho simples, assim como a definição dos objetivos e do público-alvo.-----

O Vereador José Élio Ventura confirmou a proposta em relação à alteração do documento, indagando sobre os moldes desta. A Presidente respondeu que seria para o documento ser apresentado e votado, na próxima segunda-feira, com as alterações propostas.-----

Após o Vereador António Ventura reiterar a posição do PSD, a Presidente concluiu que este ponto fica adiado para a reunião de segunda-feira.-----

Os Vereadores falaram sobre a ordem de trabalho da próxima reunião.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....

A funcionária que lavrou a ata,

.....